

Estivadores protestam contra mão de obra estrangeira no cais

A categoria, que deve voltar hoje ao trabalho, promoveu atos na porta de duas empresas que atuam no Porto

DA REDAÇÃO

Estivadores organizaram ontem uma assembleia no Porto de Santos para protestar contra a contratação de mão de obra estrangeira. A categoria, que cruzou os braços no sábado, promete voltar hoje ao trabalho sem esquecer, entretanto, o motivo da paralisação.

Duas empresas que operam no cais santista foram alvo da manifestação. Os trabalhadores portuários se concentraram primeiro em frente à Brasil Terminal Portuário. Depois, seguiram em carreta até a Libra Terminais.

“O País tem mais de 10 milhões de desempregados nesse momento e essas empresas não só ferem a Constituição, como também desrespeitam a sociedade, porque o gringo não vai deixar o dinheiro aqui”, disse Rodney Oliveira da Silva, presidente do Sindicato dos Estivadores.

Ele, inclusive, promete que a categoria não vai aceitar a situação. Segundo o sindicalista, todos os terminais que usarem mão de obra estrangeira sofrerão o repúdio dos estivadores.

PRÓXIMOS PASSOS

Os trabalhadores portuários, que cruzaram os braços no fim de semana, garantem que retornarão hoje as atividades.



O ato foi comandado pelo Sindicato dos Estivadores, que também negocia com o Sopesp reajuste salarial

Uma nova assembleia, entretanto, está marcada para amanhã. Sindicato e trabalhadores

deverão discutir os próximos passos da negociação.

Na quinta-feira, está marca-

da uma audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). A última, rea-

lizada na sexta-feira, terminou sem acordo.

Estarão em pauta a contratação de estrangeiros e o reajuste de salários. A categoria pede para avulsos e vinculados reposição inflacionária de 11,87%, além de aumento real de 10%, adicional de risco de 40% e vale-refeição de R\$ 30,00.

“Tudo será discutido, mas não podemos aceitar qualquer coisa que nos oferecem”, reclama João Carlos Magal, secretário geral do sindicato.

OUTRO LADO

O Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) afirma que o acórdão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) está em vigência e, por isso, “não há hipótese alguma de aplicação de outros percentuais”.

Já sobre a contratação de estrangeiros, a Sopesp cita que as empresas componentes da Câmara de Contêineres não contratam esse tipo de mão de obra.

Ainda conforme o órgão, quando há problema operacional essas empresas informam que não têm como realizar determinados serviços e, dessa forma, armadores e comandantes dos navios optam por operar com a tripulação.